



Jornal FNE

Edição 25 – Junho/04

Roupa nova

Engenheiro começa a circular, a partir desta edição, com importantes mudanças. Para começar, sua periodicidade passa de bimestral a mensal, aumentando a frequência com que chegarão aos leitores notícias, reportagem e análises sobre os assuntos de interesse da categoria. A publicação foi objeto de ampla reformulação, visando torná-la mais atraente e facilitar a comunicação. No tocante ao projeto editorial, foram criadas seções e editorias, que abordarão temas, como ação sindical, mercado de trabalho, infra-estrutura nacional, ciência & tecnologia e políticas públicas. Terão espaço no jornal temas de caráter regional e importância nacional.

A definição de pautas será feita por um conselho editorial, formado pela diretoria da FNE e seus assessores. Neste mês, traz, entre outros assuntos, as discussões sobre temas polêmicos como o funcionamento das agências reguladoras e a reforma sindical, reportagem sobre o uso do software livre no Brasil e uma entrevista com o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que fala sobre a política econômica e a necessidade de investimentos que produzam crescimento.

Com essa proposta, esperamos que o principal veículo de comunicação da FNE seja um reflexo das preocupações da nossa entidade e da categoria. Também contribuirá para o debate das questões que nos são relevantes e será instrumento de divulgação de nossas opiniões e projetos para a engenharia e para o País.

Boa leitura.

CAPA

Em discussão há seis anos no Congresso Nacional, a implementação da ITV (Inspeção Técnica Veicular) – regulamentada pelo Código de Trânsito Brasileiro em 1997 – deve finalmente avançar. A promessa é de que seja instituída até o final deste ano. A participação da FNE em audiência pública na Câmara dos Deputados, no dia 5 de maio, foi decisiva para que mais um passo fosse dado nessa direção.

Representando a entidade na ocasião, o diretor Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida explicou aos parlamentares integrantes da Comissão Especial de ITV porque é urgente a implantação da inspeção no Brasil. A preleção foi pontuada de dados que não deixaram dúvidas quanto à necessidade premente de se aprovar o projeto de lei nº 5.979/01, que institui as vistorias de segurança e ambiental nos veículos que compõem a frota nacional – em torno de 36 milhões, segundo dados do Denatran (Departamento Nacional de Trânsito). Assim, após a realização dessa audiência, os parlamentares decidiram encerrar a etapa de consultas públicas e concluir o relatório sobre o tema. A próxima fase é votá-lo na Comissão Especial e encaminhar o projeto de lei ao plenário da Câmara para deliberação ainda neste semestre.

Vantagens

Entre os benefícios da ITV estão a redução das emissões de poluentes em 30% nas regiões metropolitanas, além da diminuição no número de acidentes de trânsito, que hoje fazem 400 mil vítimas por ano, sendo 50 mil fatais. A estimativa é que com a medida haja menos 58 mil feridos e 5.900 mortos anualmente. Tal redução teria considerável impacto econômico, uma vez que os custos decorrentes dessas ocorrências no Brasil urbano estão estimados em R\$ 5,3 bilhões – dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de abril de 2003.

Também seriam gerados mais de 150 mil novos postos de trabalho diretos e indiretos, não só aos engenheiros, mas aos técnicos e jovens que receberiam treinamento e obteriam registro no Crea para efetivação das inspeções.

OPINIÃO I

O discurso de parcela do movimento sindical que defende a reforma a qualquer custo se sustenta em duas premissas falsas: i) a Constituição de 1988 não mudou nada na questão sindical; ii) a reforma fará o milagre de fortalecer o movimento sindical e melhorar a vida do trabalhador.

A primeira premissa é desmentida com cinco exemplos: a) revogação da lei que permitia a intervenção em entidade sindical; b) o fim do exercício de função delegada pelo poder público; c) a garantia de autonomia para definir sua receita e despesa, sem estar sujeita à fiscalização, exceto de seus filiados; d) o direito da entidade sindical definir o processo eleitoral, a duração do mandato, o número de diretores e a elaboração dos estatutos; e e) a extensão, aos servidores públicos, do direito de se organizar em sindicato, em igualdade de condições com os trabalhadores da iniciativa privada.

A segunda poderá não se confirmar. Em primeiro lugar, porque a reforma não leva necessariamente a maior representatividade, já que depende do tipo de texto que resultar das disputas e embates no Congresso. Em segundo, mesmo que a reforma assegure maior representatividade, não há garantia de que necessariamente haja melhoria nas condições de vida dos trabalhadores.

Todos querem fortalecer o movimento, mas não se pode vender ilusões. A mudança terá que ser qualitativa, com respeito às entidades existentes e garantia de preservação dos direitos dos trabalhadores.

*Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e
diretor de Documentação do Diap*

OPINIÃO II

Há poucos anos, no auge do “axé bunda”, alguns pais inocentes não se importavam de que suas filhas participassem de concursos oficiais, improvisados ou até mesmo em rodas de amigos, para a escolha daquela que dançasse melhor a famosa “boquinha da garrafa”. A novidade, num país como o nosso, que não preza pela educação, era um prato cheio para as tvs comerciais – que nunca fizeram questão de apresentar uma engenheira, uma médica, uma professora que se deu bem na vida – exibirem “dançarinas” bem-sucedidas. Passado o tempo, o que vemos no Brasil é o crescimento brutal da exploração da infância e da juventude, sem falar na prostituição que está em cada esquina.

O amigo leitor deve estar pensando: “Esse cara é maluco, isso aqui é um jornal de engenharia e ele está falando de exploração sexual.” Calma, chegarei lá.

Surpreende-me ultimamente o crescimento vertical de um dos cartões postais de Natal: a praia de Ponta Negra, com seu morro e suas belas curvas, que atraíram o turista internacional. Existem vários setores comemorando o crescimento dos empreendimentos imobiliários em Ponta Negra, que invariavelmente são comprados por estrangeiros ainda na planta com valores acima do mercado, assim como os vários vôos charters, que muitas vezes só buscam o turismo sexual. Há forte coincidência entre o grande crescimento de uma coisa (a exploração sexual, sobretudo a infantil) e de outra (os imóveis vendidos). E não adianta mais fazer reuniões, criar comissões para discutir o assunto, uma vez que todos sabem onde está o problema. O que precisamos são ações concretas, do Estado, da Polícia, inclusive Federal, para averiguar a origem do dinheiro derramado, pois fala-se até em lavagem. Enfim, esse vale-tudo em busca de investimento estrangeiro, com essa gringada enlouquecida por “filezinho”, precisa ter um basta de nossa sociedade. Está saindo muito caro para as nossas crianças esse processo desumano de se ganhar dinheiro especulando com o corpo dos outros. Como sei que esse porto livre da exploração sexual não é um “privilégio” de Natal, mas sim do Brasil inteiro, sobretudo das capitais litorâneas, conclamo a todos para acabar com essa hipocrisia nacional.

Augusto César de Freitas Barros é presidente do Senge-RN

ENGENHARIA

O projeto de lei nº 3.337/04, do Poder Executivo, que dispõe sobre a gestão, organização e controle social das agências reguladoras, despertou descontentamento entre os representantes desses órgãos. Para a presidente da Abar (Associação Brasileira de Agências de Regulação) e da Agergs (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul), Maria Augusta Feldman, a proposta não propicia o necessário aperfeiçoamento do modelo.

Encaminhado ao Congresso Nacional em 12 de abril inicialmente em regime de urgência – pedido retirado após um mês, quando foi instalada comissão especial para analisar a matéria –, o projeto é fruto das discussões do grupo de trabalho interministerial instituído pelo Governo Federal no início de 2003 para propor medidas que corrigissem o modelo então adotado, de forma incompleta e improvisada. O resultado foi submetido, posteriormente, a consultas públicas.

Criadas no Governo FHC a reboque das privatizações, as agências, segundo lembra Feldman, administram e zelam por contratos que herdaram, sobre os quais não tiveram nenhuma participação. Para Wanderlino Teixeira de Carvalho, presidente da AGR (Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos) e representante da FNE na CNPL (Confederação Nacional das Profissões Liberais), isso gerou distorções que, todavia, não são sanadas pelo projeto de lei. Ao contrário, o PL “desvirtua o papel desses órgãos, que conceitualmente devem ser independentes para arbitrar, administrar e resolver conflitos entre o Governo, usuários e operadores de serviços”. Nesse sentido, a obrigatoriedade de se firmar um contrato de gestão por todas as agências com seus ministérios e a fixação de metas e critérios de avaliação por parte do Executivo, previstas no projeto, são a principal crítica.

Além disso, de acordo com Feldman, o PL deixa a desejar quando define a figura do ouvidor. “O presidente da República o indica para um mandato de dois anos, com a função de informar o Executivo, o Congresso e a sociedade as falhas nas agências. Esse é importante, mas precisa ter qualificação e experiência adequadas, como nível superior e conhecimento da atividade regulatória, além da incumbência de informar tais órgãos sobre suas falhas para que sejam corrigidas, bem como integrar-se ao processo interno para acompanhar as soluções. E no projeto não existe nenhum quesito sobre isso.” Do modo como está, de acordo com Carvalho, o ouvidor não serve de interlocutor dos usuários junto às agências, mas visa apenas vigiá-las. Assim, o entendimento é que há perda de autonomia por parte dos órgãos reguladores. “Parece-me que nem o próprio Executivo compreendeu a importância das agências independentes não só para a garantia dos investimentos privados, mas para protegê-lo das pressões legítimas que ocorrem por parte dos interessados”, destaca Feldman.

Para ela, as distorções de origem não justificam tais medidas. “Se o Poder Executivo entende que o interesse público está sendo lesado, cabe a ele pedir o reestudo ou adequação dos contratos. Isso nunca foi feito, seja porque esses foram leoninos ou porque houve mudança conjuntural. Não adianta mudar a estrutura das agências e não corrigir tais distorções”, assegura a presidente da Abar. Além disso, se existe algum regulador que não cumpre bem o seu papel ou age a serviço do capital, conforme Feldman, a forma de sanar isso é através de

um processo administrativo. “Se o Governo tem conhecimento disso e não toma providências, está sendo omissivo. Não dá para culpar as agências e não é argumento para tentar subordiná-las.”

Controle social

Na opinião de Carvalho, a melhor fórmula seria aumentar o controle pelo Poder Legislativo e a sociedade, tendo conselhos tripartites com a participação efetiva dos representantes dos usuários, além do Governo e dos operadores dos serviços. Esses já existem, porém, nem sempre os consumidores têm assento de fato. “Falamos em lobby das concessionárias, esse existe em toda a parte, falta os usuários exercerem o seu direito”, enfatiza a presidente da Abar.

O Governo afirma, em seu site, que entre os objetivos das novas regras está “assegurar ao consumidor serviços públicos de qualidade e tarifas menores”. Entretanto, quanto aos instrumentos de controle social, o PL também não atende às expectativas. “É preciso determinar a obrigatoriedade de audiências públicas sempre que se tratar de questões tarifárias e não houve essa preocupação no projeto”, salienta Feldman.

Para a devida fiscalização e regulação por parte das agências federais, de modo a garantir a eficiência na prestação de serviços nos diversos setores, segundo Carvalho, seria necessária sua descentralização obrigatória, com regionais nos estados e municípios – e não opcional, como consta no projeto. “Se fica nas mãos desses órgãos, os que não fizeram isso até agora não vão fazer. E os que não são descentralizados não têm capacitação para fiscalizar o País inteiro. Veja o caso dos combustíveis, hoje tem aqueles deteriorados, com solventes, falsificados e a ANP (Agência Nacional do Petróleo) não consegue impedir isso. E o da telefonia, campeã de reclamações no Procon. A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) não fiscaliza a qualidade dos serviços.” Feldman pondera: “Temos que nos concentrar em levar as sugestões dos reguladores ao aperfeiçoamento das agências e contribuir com a discussão oferecendo emendas. Já apresentamos várias.”

SINDICAL I

Esses são os principais pontos do programa de trabalho da atual diretoria da FNE, à frente da entidade desde o dia 15 de março. Para atingi-los, a agenda inclui a “democracia digital”, ou seja, a informatização dos sindicatos que ainda não contam com esse recurso ou não o fazem de maneira satisfatória. As entidades ligadas à federação passarão a contar também com iniciativas para incrementar a sua receita e, conseqüentemente, suas possibilidades de ação. O caminho será a implementação de benefícios à categoria, o que deve ampliar o quadro de associados em cada estado, e outras campanhas também com o objetivo de atrair o profissional para o seu sindicato.

Há ainda a proposta de dinamização e diversificação da ação sindical, propiciando maior envolvimento da categoria e inserção social da FNE mais relevante. Nesse sentido, a idéia é a aproximação, de maneira independente, entre a federação e os poderes públicos, buscando sua maior participação na discussão dos grandes temas nacionais, especialmente daqueles ligados à infra-estrutura, ciência e tecnologia.

A equipe que hoje comanda a FNE foi empossada num evento que reuniu cerca de 550 convidados, no Club Homs, em São Paulo. À frente do grupo, cujo mandato vai até 2007, está Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo). Ele assumiu o cargo ressaltando o desafio que representa a função. “É com muito orgulho e grande felicidade que hoje me dirijo a vocês como presidente da Federação Nacional dos Engenheiros. Os desafios que nos esperam são grandes, mas não nos intimidam. Juntos, poderemos contribuir para escrever mais um capítulo vencedor da história da nossa federação.”

Prestígio

Concorrida, a solenidade contou com a presença de uma extensa lista de autoridades, incluindo parlamentares, secretários de Estado, prefeitos do Interior paulista, representantes de conselhos profissionais, do movimento sindical e da universidade. Falando em nome do Congresso Nacional, o senador Romeu Tuma lembrou as dificuldades vividas pelo País atualmente e a importante participação dos engenheiros na discussão dos temas nacionais. “Ao longo do meu mandato, venho contando com a colaboração do SEESP na análise dos projetos e sei que isso se estenderá agora à FNE.” Também defendeu a participação de entidades no debate para um novo modelo de desenvolvimento o presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado Sidney Beraldo. “Um evento como esse, de posse de uma diretoria eleita, é importante porque fortalece a democracia. Mas isso só não basta, precisamos de inclusão e distribuição de renda.”

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin encerrou a cerimônia, destacando a importância da categoria. “A engenharia tem a mesma raiz latina de gerar. São esses artífices da criação que garantem a modernização do Estado brasileiro e a ampliação da nossa infra-estrutura.”

A equipe em campo

A diretoria da FNE, empossada em 15 de março, foi eleita em 29 de novembro durante o 5º Conse (Congresso da Federação Nacional dos Engenheiros), com 98% dos votos. Fica à frente da entidade no triênio 2004-2007 a seguinte equipe: Murilo Celso de Campos Pinheiro (presidente), José Luiz Lins dos Santos (vice-presidente), Fermin Luis Perez Camison (tesoureiro), José de Miranda Ramos Filho (secretário), Augusto César de Freitas Ramos, Luis Borges Carneiro e Flávio José A. de Oliveira Brízida (diretores adjuntos), Antônio Noé Carvalho Farias, Luis Alexandre Silva Farias, José de Mauro Filho, Clarisse M. A. Soragge, Carlos Bastos Abrahan (diretores de região), Sebastião Djalma Gomes, Luiz Benedito de Lima Neto e Antônio Florentino de Souza Filho (conselheiros fiscais efetivos), Artur Chinzarian e Luiz Fernando de Paula Machado (suplentes) e Jorge Luiz Gomes e Wanderlino Teixeira de Carvalho (delegados junto à confederação).

SINDICAL II

O texto apresentado pelo FNT (Fórum Nacional do Trabalho) como base para o projeto de reformulação da legislação sindical sugeria um consenso entre as bancadas dos trabalhadores, patrões e Governo. Os fatos, contudo, não são bem assim. Em primeiro lugar, porque há divergência entre os próprios participantes do processo que deu origem ao documento. A principal delas diz respeito à representação no local do trabalho, que os patrões querem a todo custo evitar. Além disso, entre aqueles que não tiveram assento no FNT sobram dúvidas, temores e discordâncias.

Diretor da FNE e presidente da CBP (Central Brasileira de Profissionais), Jorge Gomes critica a proposta, inclusive pela origem. “O primeiro problema é a forma como foi feita, numa pseudo-representação dos trabalhadores, porque o FNT reflete a vontade apenas da cúpula de algumas centrais. Mesmo as decisões das comissões estaduais, que em 80% eram favoráveis à manutenção do artigo 8º da Constituição, foram desconsideradas no relatório final.” Na sua opinião, o projeto atinge em cheio a capacidade de ação do movimento sindical, ao pretender o fim da representação por categoria profissional, da unicidade e das fontes de custeio das entidades.

Em artigo contundente, o advogado Edésio Passos, membro do corpo técnico do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), também rechaçou a proposta. “Ocasionalmente uma profunda crise na organização dos trabalhadores, no atual movimento sindical e nas relações capital-trabalho, com conseqüências imprevisíveis.”

Para o juiz do Trabalho, José Carlos Arouca, é inadmissível que se proponham mudanças a pretexto de revogar o caráter autoritário da organização sindical. “Se a Constituição de 1988 é legítima e democrática e manteve a Justiça do Trabalho e a unicidade, esses preceitos não podem ser considerados fascistas”, ponderou. “Na época, os votos do presidente Lula e do ministro Ricardo Berzoini foram contrários a esses pontos, mas eles perderam. Então por que querem mudar agora?”, questionou.

Ciladas

Mesmo quem tem postura mais amena adverte para os prováveis riscos. Estudioso do assunto, o jornalista Altamiro Borges, editor da revista Debate Sindical, afirma que até os pontos positivos da reforma podem esconder várias “cascas de banana”. Os avanços, na sua opinião, são a legalização das centrais, a representação no local de trabalho, o estabelecimento dos ramos de atividade e das regras democráticas para os sindicatos. No entanto, alerta: “As centrais ganharão poder demais, podendo até negociar no lugar do sindicato. Outro problema é que os patrões não querem as comissões sindicais de base, o que pode enfraquecer muito as entidades e inviabilizar a conquista de representatividade. Na definição dos ramos econômicos, é preciso incluir os profissionais liberais”, lista. Por tudo isso, defende Borges, é preciso intensificar a discussão entre os trabalhadores antes que se defina de fato qualquer mudança.

Segue a mesma linha o membro da Executiva Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Pascoal Carneiro, que integra o FNT. “Há gente com pressa, mas a mudança

deve ser feita numa perspectiva de longo prazo, visando a valorização do trabalho. Isso demandará tempo e debate. Ainda há muito o que se discutir”, assegura. Entre os temas a serem debatidos, para Carneiro, está o nó da representação no local do trabalho. “Sem isso, não haverá reforma, é consenso entre os sindicalistas.” E estão ainda na pauta os casos específicos, excluídos do texto geral, como os profissionais liberais. “Esses sindicatos não podem acabar. Essa proposta até surgiu, mas foi derrotada. A câmara setorial que tratará do assunto se reunirá em junho (no dia 15, segundo o site do FNT) e deve ser formada por atores que conheçam essa realidade”, informou.

Ponto fundamental para categorias como a dos engenheiros, que permeiam todos os ramos econômicos, esse deve merecer destaque na atuação de suas entidades representativas. “É preciso esclarecer os enganos e demonstrar que as propostas anunciadas, apesar do discurso progressista que as acompanha, significarão o aprofundamento do processo neoliberal, ao enfraquecer os trabalhadores”, apontou o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

Os principais pontos propostos no FNT

- Estabelece o sindicato por ramo econômico, não mais por categoria;
- Institui um sistema híbrido entre a unicidade e a pluralidade, permitindo a existência de mais de uma organização “no mesmo nível e âmbito de representação;
- Passa a ser aferida a representatividade das entidades, numa relação entre empregados na base e associados, criando-se o que se denominou “representatividade derivada”, o que permitirá a um sindicato sem associados existir desde que esteja ligado a uma central que detenha a tal representatividade;
- Acabam os dissídios coletivos como são conhecidos hoje e a solução de conflitos será feita por arbitragem;
- As contribuições sindical, assistencial e confederativa serão extintas e substituídas por uma única, definida em assembléia e obrigatória a todos os trabalhadores.

Saiba mais: <http://funky.macbbs.com.br/wwwroot/fnt>

SINDICAL III

MS

Escritório de apoio aos filiados

A diretoria do Senge está reformando suas instalações para oferecer um escritório de apoio aos profissionais que passam pela Capital a trabalho. “Começará a funcionar no final deste mês (maio), equipado com computadores, plotter, scanner, Internet, telefones e sala de reuniões”, informou Arthur Chinzarian, presidente do Senge Mato Grosso do Sul. A entidade também propicia aos associados diversos descontos em serviços, como hotéis, postos de gasolina, laboratórios e outros. Informações pelo telefone (67) 3028-6940.

PA

Em debate, UHE Belo Monte

Em parceria com o Crea, o Senge Pará patrocinará palestra sobre “Os aspectos técnicos, econômicos, financeiros, sociais e ambientais da futura Usina Hidrelétrica Belo Monte”, a ser construída no Rio Xingu, município de Altamira. O palestrante será Silas Rondeau Cavalcante, presidente da Eletrobrás. Serão debatedores: Danilo Remor, presidente da Fielpa (Federação das Indústrias do Pará), Gabriel Guerreiro, da Sectam (Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente) e Carmem Cal, arquiteta, urbanista e autora de estudos sobre essa usina. “A expectativa é que o projeto de construção da usina seja discutido e aprovado pela sociedade”, afirmou Manuel José Menezes Vieira, presidente do sindicato. O evento acontecerá no dia 27 de maio, no auditório do Crea, em comemoração aos 70 anos do Conselho.

PI

Inaugurado laboratório de informática

No dia 9 de março, o Senge Piauí inaugurou a Escola de Informática Engenheiro Agrônomo Adelmário Cavalcante Nogueira, em parceria com a FNE. Segundo o presidente do Sindicato, Antônio Florentino de Souza Filho, será um laboratório de informática para auxiliar na capacitação dos engenheiros e seus dependentes. Para este ano, a diretoria pretende adquirir a sede própria da entidade. “A FNE deverá ser nossa grande parceira nessa conquista”, disse Souza. As matrículas estão abertas aos filiados. Informações pelo telefone (86) 223-3163.

RN

Negociação salarial e eleição em pauta

Foram iniciadas as negociações com a diretoria do Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil), visando a assinatura da convenção coletiva que abrange 90 empresas de engenharia no Rio Grande do Norte. O Senge Rio Grande do Norte também está programando debates com os candidatos a vereador para apresentar suas propostas à cidade de Natal. Entre os que disputam uma vaga no Legislativo municipal, estão seis engenheiros.

SC

Marcha pela duplicação da BR-101

Representantes do Senge Santa Catarina, líderes empresariais, estudantes e vereadores de 24 cidades catarinenses e gaúchas participaram da marcha pela duplicação da BR-101, entre Osório (RS) e Palhoça, na Grande Florianópolis, trecho com mais de 340 quilômetros. A caminhada teve início no dia 10 de março e terminou em 2 de abril, com uma grande concentração. Altamente perigoso, esse trajeto teve registrados pela Polícia Rodoviária Federal, entre os dias 18 e 29 de fevereiro, 110 acidentes. As colisões envolveram 191 veículos, 59 feridos e quatro mortos – em toda a rodovia aconteceram 227 acidentes no mesmo período.

TO

Nova diretoria do Seageto

No dia 24 de maio, em Palmas, acontecerá a posse da diretoria do Seageto (Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Geólogos no Estado de Tocantins) para a gestão 2004-2006. Encabeça a chapa o engenheiro agrônomo João Alberto Rodrigues Aragão, que se comprometeu a continuar a luta pela valorização profissional e remuneração salarial das categorias. “O Governo do Estado paga aos profissionais de nossa categoria R\$ 1.300,00 e o Executivo municipal menos que esse valor. Buscaremos mecanismos para reverter esse quadro”, garantiu. Além de Aragão, comandarão a entidade: Luiz Fernando Machado (vice-presidente), Solange Maria Feitosa Pereira (secretária geral), Jefferson Guillarducci de Alvarenga (1º secretário), Marcione Nunes Coelho (diretor financeiro), Ramiro José Pereira Filho (diretor de promoções culturais, sociais e esportivas) e Carlos D’ Roure da Silva (assessor de assuntos jurídicos).

RS

Reforma sindical exige ação junto ao Congresso

Ao final do encontro com o deputado federal Ônix Lorenzoni (PFL) no dia 14 de abril, a diretoria do Senge RS contabilizou reuniões com 12 parlamentares da bancada gaúcha para explicar sua posição e a da CBP (Central Brasileira de Profissionais) sobre a reforma sindical. A ação visa informar os deputados sobre a repercussão da proposta oficial e angariar o apoio deles à defesa dos dispositivos constitucionais vigentes. Segundo Joel Fischmann, presidente do Senge e da regional da central no estado, as entidades têm alertado para os prejuízos que o projeto oficial, com origem no FNT (Fórum Nacional do Trabalho), causará ao movimento sindical. A ênfase está sendo dada à defesa do artigo 8º da Constituição, principalmente no que se refere à manutenção do sistema de organização sindical por categorias profissionais. Para Fischmann, o movimento sindical corre riscos, a julgar pelo que está disposto na proposta do FNT, apresentada como consensual. “Tais consensos foram ilegítimos, pois as representações sindicais das categorias profissionais regulamentadas não tiveram assento nas discussões e as decisões dos fóruns regionais, em grande parte favoráveis à manutenção do art. 8º da Constituição, não foram levadas em conta”, criticou.

Correção da tabela do IR

No dia 17 de maio, o Senge RS lançou em Porto Alegre, juntamente com a CBP (Central Brasileira de Profissionais), a campanha “Não ao saque oficial – pela correção da tabela do IR – 56% já”. O objetivo é mobilizar as categorias regulamentadas e a população a pressionarem o Executivo e o Legislativo federais pela aprovação, ainda em 2004, do projeto de lei que prevê reajuste na tabela de alíquotas do Imposto de Renda.

ENTREVISTA

O governo deve abandonar os dogmas econômicos conservadores e impulsionar o desenvolvimento se não quiser continuar na “pasmaceira”, que encolhe o PIB (Produto Interno Bruto) e empobrece a população. A opinião é do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que defende a volta das grandes obras como forma de gerar emprego e renda, além de garantir a infra-estrutura adequada ao País. “Não há perspectiva se não tivermos o mínimo de coragem”, diz o professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), em entrevista ao Engenheiro.

O que impede o Brasil de retomar o tão ansiado crescimento econômico?

Temos hoje dois constrangimentos fatais para a economia brasileira. Um deles é a dívida pública, a questão fiscal que faz com que o Governo não tenha dinheiro para gastar. Outro é a política monetária, ou seja, a taxa de juros. A grande ilusão do Governo Lula foi achar que a continuidade daquelas políticas de conquista da credibilidade, de acalmar os mercados poderia funcionar. Isso se funda numa incompreensão – para ser generoso – do funcionamento dos mercados e do que estava acontecendo em 2003. Os benefícios que obtivemos deveram-se a fatores externos à economia brasileira. A entrada maciça de dinheiro foi consequência da política monetária estadunidense, baseada em oferecer juros baixíssimos para enfrentar a recessão. Isso melhorou os indicadores financeiros e o Brasil deu uma de cigarra.

O que deveria ter sido feito?

Obstinado em reduzir a inflação, o Governo deixou o real se valorizar. Não constituiu reservas para se precaver diante de uma mudança no cenário internacional, que era óbvia e veio com a ameaça de aumento dos juros nos Estados Unidos. Agora, enfrentemos essa turbulência que não vai passar tão cedo.

E estamos em maiores apuros.

Essa situação de vulnerabilidade nos deixa nas mãos do Fundo Monetário Internacional. Há obstáculos ao crescimento também pela retração do investimento privado. Nos últimos seis anos, parte da renda dos brasileiros evaporou por conta do desemprego e da precarização do mercado de trabalho. Isso torna difícil a recuperação, porque uma parcela da população que seria candidata a adquirir bens duráveis não tem poder de compra. Começamos a crescer e paramos porque tem que subir a taxa de juros, essa sobe porque tem que deixar o câmbio flutuar... Você já teve esse sonho, em que corre para ficar no mesmo lugar? No caso do Brasil, é a realidade.

Como sair do atoleiro, então?

Precisamos do investimento público. Nos anos 70, era 11% do PIB, hoje é menos de 2%. Aqui, criou-se essa história de que a grande obra é ruim, mas ela é muito boa para gerar emprego. Isso é coisa dos liberais brasileiros, que são cretinos fundamentalmente. Apesar da crise dos anos 80, o desemprego na época não passou de 4%, porque o velho e bom investimento público segurava as pontas. Daqui a uns 20 anos, vamos descobrir que inflação com indexação não era tão ruim.

Falar em inflação mais alta tornou-se heresia. É razoável pensar assim?

Não se trata de escolher entre controle inflacionário e crescimento. Não é possível reduzir a inflação brasileira aos níveis internacionais, inclusive devido à nossa fragilidade externa. Para crescermos, talvez seja necessário admitir uma taxa mais alta.

E contar com gastos públicos?

O Brasil tem uma demanda potencial em infra-estrutura enorme. Se destravar os gastos públicos, pode criar um horizonte de investimentos e oportunidades muito favorável. O Estado precisa definir seu papel, abrir as áreas corretas ao setor privado e regulamentar essa participação. Os investimentos em infra-estrutura podem ser a chave para recuperar o emprego e a renda. Além disso, o coeficiente de importações é pequeno.

Diante dos constrangimentos que o senhor citou, há espaço para essa mudança de atitude?

É preciso dissipar a névoa conservadora. Há dificuldades reais, mas em algum momento precisaremos enfrentar as restrições impostas pelo mercado. O Governo precisa assumir esse risco ou continuaremos nessa pasmaceira. Não significa chutar o balde. A mudança precisa ser bem articulada. Mas no caminho em que estamos, não chegaremos a lugar algum – apenas ao encolhimento da economia brasileira, empobrecimento progressivo, desânimo do empresariado. Não há perspectiva se não tivermos o mínimo de coragem.

C&T

Pelo uso de softwares proprietários, como Windows e MS Office, o Brasil enviou, no ano de 2002, US\$ 1 bilhão em royalties aos Estados Unidos. A cifra é apontada pelo consultor de tecnologia Cesar Brod, vice-presidente da Solis, cooperativa de soluções livres, e revela o contra-senso frente a um verdadeiro apartheid digital. Enquanto essa fortuna é enviada ao exterior, faltam investimentos públicos para garantir o acesso à tecnologia a todos os brasileiros. Apenas uma minoria privilegiada tem microcomputador em casa – 12,46% dos cidadãos, dos quais somente 8,31% estão ligados à Internet. Os dados constam do Mapa da Exclusão Digital no Brasil, publicado em 2002 pela Fundação Getúlio Vargas.

O fosso que separa os poucos incluídos da maioria excluída digitalmente pode ser eliminado com a utilização de softwares livres, como o Linux, em lugar dos proprietários. Defensor dessa medida, o presidente do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), Sérgio Amadeu da Silveira, reforça as razões que a justificam: “Adotar soluções proprietárias significa gastar recursos com o pagamento de licenças de uso, o que poderia onerar e até mesmo inviabilizar esse tipo de projeto. O software livre também tem como característica o aproveitamento do hardware, podendo ser utilizado em equipamentos considerados obsoletos.” A redução de custos é significativa, como demonstra Brod. Segundo exemplifica ele, um sistema proprietário para servidor sai por R\$ 2 mil, enquanto um livre fica em R\$ 225,00 – o qual pode, ainda, ser baixado pela web sem qualquer ônus.

Rumo à independência

A opção pela plataforma aberta é política do atual Governo Federal, cuja meta para este ano é iniciar a migração de sistemas em cinco ministérios. “Estamos recebendo, ainda, a adesão de outras instituições que, se já não adotam o software livre, passarão a fazê-lo. Com isso, além de podermos mensurar os ganhos financeiros e de eficiência obtidos com a nova tecnologia, estaremos libertando o cidadão da necessidade de adquirir um determinado software ou aplicativo para conseguir fazer uso dos serviços e informações disponibilizadas pelo Governo.” Passo importante foi dado nesse sentido ao se permitir, a partir deste ano, que os brasileiros pudessem utilizar solução livre para o envio de sua declaração de Imposto de Renda. A mudança de um sistema para outro no Executivo será gradual. “Os aplicativos que não possuírem similar no mundo livre continuarão a ser adotados”, explica Amadeu.

Os sistemas proprietários são vendidos como um pacote fechado, em que não é permitido conhecer o conteúdo. Assim, não podem ser alterados, diferentemente dos livres, que possibilitam aos usuários a execução, cópia, distribuição, estudo, modificação e melhoria do software. Nesse sentido, para Amadeu, os últimos asseguram mais segurança. “Programas com código aberto baseiam-se no princípio da transparência e permitem auditabilidade plena. Possibilitam a retirada de rotinas duvidosas, falhas graves ou mesmo backdoors (formas de deixar no programa um caminho de invasão sem despertar a desconfiança do usuário).” Além disso, sua utilização amplia as condições de autonomia e capacitação tecnológica do País, bem como o compartilhamento do conhecimento e a independência. “O Governo evita o aprisionamento a uma única empresa fornecedora”, explica.

Iniciativas locais

Estados e municípios do Norte ao Sul do País estão aderindo à utilização da plataforma aberta na administração pública. Em Belém do Pará, por exemplo, é meta da gestão local migrar ainda em 2004 todas as suas secretarias para a plataforma aberta. “Estamos acompanhando a política do Governo Federal e temos adotado várias iniciativas no sentido de a população ter acesso à tecnologia”, afirmou Luiz Otávio Sabá Cardoso, diretor de produtos e serviços da Cinbesa (Companhia de Informática de Belém).

Uma das pioneiras na implantação de software livre, Porto Alegre deu início a essa mudança em 1997 e agora expandirá esse trabalho. Entre as metas está migrar todo o correio eletrônico da administração municipal, eliminar novas aquisições do pacote Office proprietário e formar funcionários. O custo desse projeto, que atenderá 3 mil usuários e abrangerá mil instalações, é de R\$ 874 mil. “Desse total, metade será gasta em hardwares, que já precisavam ser trocados, e metade em treinamento de pessoal. Estamos abrindo processos licitatórios e conseguimos financiamento junto ao BID”, informou José Eduardo Bueno de Oliveira, coordenador do Projeto de Software Livre da Prefeitura da cidade e membro da ONG Projeto de Software Livre no Rio Grande do Sul. Com a implantação, a estimativa é de economia de mais de R\$ 27 milhões com royalties, nos próximos três anos. “Só com o valor das licenças de correio eletrônico, daria para treinar toda a Prefeitura de Porto Alegre permanentemente.” Enquanto nessas localidades o anúncio é de avanços nessa seara, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, cuja participação no mundo livre é histórica, retirou da web o código do correio eletrônico direto, desenvolvido em 1991, segundo Roni Marques Corrêa, diretor de operações da Procergs (Cia. de Processamento de Dados do Estado), “por precaução”. “A Procuradoria Geral do Estado está analisando a legalidade na sua disponibilização como software livre, uma vez que foi desenvolvido com recursos públicos.”

Barreira cultural

A solução aberta começa a se disseminar também nas empresas, inclusive micro e pequenas, e setores. Para a engenharia, segundo Brod, não há evolução técnica muito grande, mas já existem aplicativos que atendem parte das especificações do Autocad. Conforme Paulino Michelazzo, secretário da ONG Quilombo Digital, há pelo menos 30 ferramentas de CAD abertas, bastando baixar pela Internet. Ele reconhece que para adoção em áreas específicas, como aeronáutica, os softwares livres são muito limitados, porém à construção civil dispõem de cerca de 90% das funções.

A maior barreira ao uso dessa alternativa, segundo Amadeu, é cultural. “As pessoas se acostumaram com o aprisionamento criado. Isso gera natural resistência à mudança.”